

PT reafirma posição pelos 4 anos e presidencialismo

Da Reportagem Local

A Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores reuniu-se em caráter extraordinário ontem das 9h às 11h30, em São Paulo, para discutir o quadro político brasileiro. Ao final do encontro, o partido emitiu uma nota em que "reafirma a sua posição de luta em favor das eleições diretas em 1988, com presidencialismo e eleições gerais".

No documento, assinado pelo presidente nacional do partido, o deputado federal Olívio Dutra (RS), o PT julga "intolerável" a perspectiva de mais um ou dois anos de governo Sarney e "repudia a manobra que tenta passar à opinião pública a idéia de que, se não forem cinco anos, vem golpe militar".

Segundo o deputado estadual José Dirceu (SP), 42, secretário-geral nacional do PT, os membros da Executiva também analisaram os pronunciamentos da "cúpula militar" contra a realização de eleições em 1988: "O que está havendo é uma pressão inaceitável sobre os constituintes para garantir a aprovação dos cinco anos de mandato e parlamentarismo. Até a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São

Paulo) cedeu à pressão e aderiu à tese", disse o secretário-geral. Mário Amato, presidente da Fiesp, afirmou que "mente quem fala de pressão dos militares sobre nós. Ninguém me pressionaria".

Para tentar derrotar a articulação em torno dos cinco anos com parlamentarismo —definida na nota da Executiva como "conchavo"—, o partido decidiu insistir na formação de uma frente com todos os quatro-nistas do Congresso constituinte. "O problema de fundo é o mandato e a nossa bancada vai continuar atuando em cima desse ponto", afirmou José Dirceu.

Caso ocorra "buraco negro", a Executiva petista se reunirá com a sua bancada em Brasília para examinar a situação. A Folha apurou que, embora o partido se mantenha intransigente na defesa do presidencialismo, poderá repensar sua posição sobre o sistema de governo, desde que com isso consiga que o mandato do presidente Sarney não ultrapasse os quatro anos. Nove dos dezoito integrantes da Executiva participaram do encontro de ontem. Da bancada federal, tomaram parte nas discussões os deputados Luis Inácio Lula da Silva e José Genoíno.

Aureliano quer eleições se parlamentarismo passar

Lula Marques

Da Sucursal de Brasília

O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, defensor do presidencialismo e de um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney e seus sucessores, declarou ontem que a realização de eleições gerais seria um processo adequado para conferir a vontade popular, no caso de o Congresso constituinte aprovar o parlamentarismo como sistema de governo. O ministro fez a declaração, em entrevista coletiva, após visitar o Centro de Medição de Dados Hidrográficos do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE).

O ministro não quis arriscar nenhum prognóstico para a votação de hoje no Congresso constituinte. Segundo ele, nem mesmo quem está dentro do Congresso tem condições de fazer uma avaliação precisa. Mas afirmou que o parlamentarismo seria um sistema de governo inadequado para a realidade atual do país.

Aureliano disse que é muito fácil criticar o presidencialismo. Na sua opinião o mais criticável é o presidencialismo que decorre da sua própria deformação, com a exacerbação dos poderes do Executivo. Ele advertiu quanto aos inconvenientes de o Congresso constituinte aprovar um sistema "hermafrodita" de governo.



O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, fala no Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica

Segundo o ministro, um sistema que não se revelar nem presidencialista e nem parlamentarista prejudica a análise que o povo deve fazer de um governo.

O ministro acrescentou que a implantação do parlamentarismo exige um amplo debate com a sociedade. Ele afirmou que o sistema adequado é aquele que não

permite excessos, seja no presidencialismo, seja no parlamentarismo, embora não tenha mudado de opinião de que o primeiro é o que melhor se adequa ao país.